

Sobre o juízo comunional

Da *Passos* de julho de 2001, publicamos novamente as notas de uma conversa do padre Luigi Giussani com os monges da Cascinazza de 20 de março de 1982

Talvez o tema que mais foi abordado seja a pergunta sobre o juízo comum, sobre como acontece o juízo comum.

Por que é necessário que haja um juízo? Um juízo é necessário porque ele assinala o caminho, ele conduz. Mas há, então, algo que vem antes do juízo: o amor e a vontade de percorrer o caminho. Isso não é algo banal, pois, na medida em que a pessoa não ama o caminho acima de tudo, o juízo então se torna algo com a que ela não se importa, ou então uma expressão do amor próprio, uma procura do amor próprio.

Ora, qual é o nosso caminho? O Senhor disse: “Eu sou o caminho”. O caminho é o aprofundar-se do nosso relacionamento com o Senhor, portanto é o aprofundamento da memória, que deve investir e determinar toda a vida. É o sentimento que São Paulo exprime no final do oitavo capítulo da Carta aos Romanos.

Por isso, antes de poder avaliar a palavra “juízo” e de poder tentar definir como ela nasce, ou como pode nascer, nós temos de prestar atenção ao ponto do qual partimos, isto é, se partimos ou não de dentro dessa procura de Cristo, dessa memória de Cristo, pois ela é frágil, considerada óbvia, habitual, quer dizer, estranha ao mecanismo com que nós procuramos o juízo.

Podemos usar uma palavra que ultimamente entrou um pouco em voga entre nós graças à Escola de Comunidade deste ano (Luigi Giussani, “Moralidade: memória e desejo”. In: *Em busca do rosto do homem*, São Paulo: Cia. Ilimitada, 1996), ou seja, a palavra “pertencer”. Um juízo brota da consciência de pertencer, é condicionado pela consciência de pertencer. A quem pertencemos? A quem pertence-

mos? O juízo nasce sempre de como nós respondemos e vivemos a resposta a essa pergunta. Com efeito, se você está em caminho, pertence à estrada, ao caminho que é Cristo; se você está em caminho rumo ao seu Destino, pertence à estrada que é Cristo.

Diz-se, também, que o juízo deve ser comum. Evidentemente a palavra, o termo “juízo comum” significa “juízo comunional”, caso contrário significaria um juízo de todos sobre o qual todos concordam; e isso, além de perigoso do ponto de vista da eventualidade (que raramente acontece), seria também indecente do ponto de vista do caminho, pois significaria que nunca poderia existir o sinal de algo mais, isto é, nunca existiria a obediência. “Juízo comum” significa “juízo comunional”; e isso, então, o que é que indica? Indica um juízo que nasce da comunhão vivida entre nós; o juízo comunional expressa uma vida de comunhão vivida.

Que quer dizer uma vida de comunhão vivida? Uma vida que construímos juntos para vivermos a memória de Cristo. Pois é na fraternidade, é na companhia fraterna que a presença de Cristo é mais pedagógica, comunica-se de maneira pedagogicamente maior, e é assimilada de maneira mais viva e segura. Se a comunhão fraterna for vivida, então se pode falar também de juízo verdadeiramente comum; mas na medida em que não houver o esforço para viver a vida de comunhão, o juízo comum se tornará o lugar da pretensão, com o qual pretendemos fazer passar o nosso ponto de vista.

Quer dizer: o lugar onde se forma o juízo comum é a expressão do desejo comum, do esforço comum para identificar o caminho que a companhia deve percorrer, para

que cada um – portanto, eu em particular – seja ajudado a entender e a amar Cristo.

Mesmo quando vocês falam do estábulo ou das plantações, falam do estábulo e das plantações não porque sejam “marossee” (como se diz em Milão; “marossee” quer dizer “intermediador”), mas porque vocês procuram Cristo. Em suma, ao determinar se uma janela deve ser posta aqui ou ali é preciso ter em mente isso, não porque tenha a ver imediatamente com a janela, mas porque tem a ver com o motivo pelo qual você se interessa pela janela; e esse motivo pode determinar o ponto de partida, e pode ser o ponto de vista, ou determinar uma sensibilidade diferente também ao falar sobre a janela. “Cristo tudo em todos”: esta é a fórmula da vida cristã, e portanto é a fórmula da vida monástica, que é o sinal quase sacramental da vida cristã. E como é que se forma esse juízo comum? Eu já disse duas coisas, que são as mais importantes:

1) a primeira é que, para dar um juízo, é preciso viver o amor a Cristo, porque nós estamos neste caminho por causa disso;

2) em segundo lugar, para dar um juízo é preciso viver a vida comunional; só assim o juízo se torna expressão do próprio amor à vida comum.

Então, como passagem seguinte,

3) um juízo é a obra da inteligência, ou da consciência.

A) Para que um juízo seja realmente, nasça verdadeiramente como juízo comum, ou juízo da comunhão, será preciso – claro – que cada um tenha a possibilidade, a liberdade, a sinceridade de dizer seu próprio parecer. Portanto a liberdade e a sinceridade de dizer seu próprio parecer devem ser salvaguardadas, levando em consideração o que eu disse antes. Quer dizer: a pessoa diz seu próprio parecer por amor à realidade comum, tal como está acostumada a vivê-la, da maneira como todos os dias procura vivê-la. Em síntese, se uma mãe ou um pai estão realmente interessados em seus filhos, então “até o cérebro fica aguçado”, como se diz, tornam-se também mais inteligentes, atentos às necessidades dos filhos. Assim, se nós amarmos a nossa vida em comum (como o primeiro pedaço do corpo de Cristo no mundo, o pedaço que nos cabe) – esse é o problema –, então a pessoa conseguirá ver um certo tipo de exigência e portanto dará um certo tipo de juízo (segundo o seu temperamento, segundo a sua formação): que tenha a liberdade e a sinceridade de dizê-lo! Pois o primeiro fator da gênese, do nascimento de um juízo comum, é que todo indivíduo possa dizer o seu parecer.

Portanto – insisto ainda pela terceira vez – não há “o parecer somente pelo parecer”; é o parecer de alguém que vive a vida comunional, e que fala por causa da paixão pela vida comunional.

*“Para dar um juízo, é preciso
viver o amor a Cristo,
porque nós estamos neste
caminho por causa disso.
Em segundo lugar, é preciso viver
a vida comunional; só assim
o juízo se torna expressão do
próprio amor à vida comum”*

B) Em segundo lugar, cada um deve ficar atento para perceber no outro, ou seja, deve estar propenso a perceber na fala do outro aquilo que de novo o Senhor lhe diz, aquilo que de novo o Senhor lhe faz brilhar como útil, para ele mesmo, dentro da vida de comunhão, ou para a vida de comunhão em que ele está.

Um dos indícios de que tudo é destruído na superficialidade e na vaidade do amor próprio está no fato de que a pessoa – talvez até apaixonadamente – tenha construído por si um parecer sobre alguma coisa: os outros podem falar o que quiserem, ela fica ali escutando tranquilamente, mas as razões dos outros não penetram nela, não a abalam, não a penetram; se os outros não tivessem falado daria no mesmo!

Ao passo que o primeiro indício de que o juízo em comum é um gesto de conversão (introduzo aqui esta ideia: se o juízo comum não for um gesto de conversão, já não é um juízo cristão) é que a pessoa, independentemente da opinião ou da certeza que tenha, se dedica totalmente a captar, a compreender e a valorizar o que há de bom no outro, na fala do outro, está pronta a completar sua própria opinião, a mudar algum aspecto da sua própria opinião, ou a mudar de opinião.

Cristãmente falando, não pode haver um juízo que não participe do “Juízo” que é Cristo. “O Senhor vem para julgar a terra”, e quando isso se manifestar no Juízo Final, mudará também as portas e as janelas, mudará até a maneira de preparar os pratos e cultivar as hortas, porque colocará tudo no seu lugar.

Não há juízo que não deva ser iniciado com a consciência de que pertence ao Juízo que se está fazendo sobre o mundo, ao Juízo que é Cristo. Por isso, é um gesto de conversão tanto o amor à verdade que nos faz dizer a nossa própria opinião, quanto a atenção às razões dos outros, que nos faz construir, que demonstra que nós queremos o caminho, que nos faz construir o caminho.

“Com a maioria não se estabelece o verdadeiro ou o falso: a maioria serve para uma decisão. Que ao final deve tornar-se uma obediência. O juízo comum em todos os casos deve fazer algo mudar em você, porque lhe concede alguma coisa diferente”

C) Mas há um terceiro fator. A conclusão poderia ser estabelecida pela maioria; nesse caso, há duas coisas que devem ser observadas.

1) Primeira: que com a maioria não se estabelece o verdadeiro ou o falso, o verdadeiro ou o mais verdadeiro, mas a maioria serve para uma decisão.

Como é importante que a decisão nasça de tudo o que dissemos antes, e não de uma teimosia pessoal, do apego ao próprio ponto de vista!

2) O segundo aspecto, inclusive de um juízo estabelecido pela maioria, é que (se a regra estabelece que haja uma maioria) ao final – lembremo-nos – deve tornar-se uma obediência, uma sujeição, como a de Cristo ao Pai – e Ele não tinha a mesma opinião!, não teria tido a mesma opinião (pelo menos na hora da agonia... mas também antes disso!). Mesmo quando uma decisão é tomada por maioria, é preciso que se torne obediência. Com efeito, um juízo comum não diz respeito somente às coisas para decidir, mas a uma avaliação, atribui um valor; e então o juízo comum – uma vez que faz uma avaliação – em todos os casos deve fazer algo mudar em você, porque lhe concede alguma coisa diferente.

Nós devemos estar aqui dia após dia com a fome e a sede da nossa mudança em Cristo, com a mesma continuidade insone com que a terra caminha, com que a terra completa o seu ciclo: mesmo quando a terra está parada... não está parada. Portanto o juízo comum – quer se trate de uma decisão, quer se trate de uma avaliação (e esta segunda sempre acontece) – deve mudar alguma coisa em nós, deve dar-nos alguma coisa, deve fazer-nos compreender melhor alguma coisa.

Tudo isso acontece de maneira suprema quando a decisão é do Superior. Um juízo, numa realidade comunional, deve

ser sempre comunional como origem, como gênese; pode ser formal ou informal, isto é, pode ser formal quando todos são convocados e cada um diz seu parecer, mas o juízo comunional é também informal, ou implícito, porque o Superior – tomando uma decisão ou emitindo um juízo –, tendo ele mesmo de dar o juízo (em certas circunstâncias nas quais não se pode ou não é conveniente reunir a todos), não é possível que não leve em consideração, que não procure partir das opiniões e das posições que existem em casa. Mas agora não é mais na formalidade que quero insistir; agora quero insistir no fato de que, quando o juízo comunional tem como decisão o parecer do Superior, ele é o ápice da clareza, da segurança e, portanto, da paz, na obediência.

Sobre este ponto, talvez, deva ser acrescentada uma observação: se quisermos que o juízo seja comunional, mesmo aquele que cabe ao Superior como tal, então é preciso estar em harmonia com o Superior, ou seja, é preciso estar irmanado com o Superior, é preciso ir dizer-lhe as coisas, é necessário dizer-lhe o nosso próprio parecer, para que então o conceito que ele expressa seja mais comunional.

D) Último ponto. Já que sem o juízo, sem *um* juízo, não há decisão e construção, o demônio tem interesse em enfraquecer o juízo. O juízo é o que julga (condena) o diabo, é o que expulsa o diabo: expulsa o diabo porque faz construir. Um juízo sobre você combate o diabo que está em você, pois pede que você mude; portanto, para o diabo, o juízo é um aborrecimento. Por isso ele sempre procura enfraquecer o juízo, tornar o juízo vão. E como isso se dá? Antes de mais nada, isso ocorre quando a gente não está nem aí; já seria burro estar em comunidade sem estar nem aí para o juízo; e isso pode acontecer porque a pessoa comete um pecado, mas não é disso que quero falar. Quero falar de coisas mais agudas, quer dizer: aceita-se o juízo comum, definido pela maioria ou definido pelo Superior, com uma reserva evidente, no sentido de que se aceita o juízo pensando em como subverter o resultado da batalha. Assim não se obedece, a não ser formalmente. O fato de uma coisa já decidida, uma escolha já feita ser revista em função de outra escolha que a mude é algo que pode acontecer algumas vezes, em casos de extrema prudência. Pois bem, a atitude do nosso amor próprio, ou do nosso individualismo, diante de todas as decisões – quando “não temos a mesma opinião” – fica aguardando o momento de mudar a decisão, ou de deixá-la cair no esquecimento.

E se a pessoa, mesmo aceitando o que foi decidido pelo Superior, acreditar, em sua consciência, que não poderá

esquecer seu ponto de vista, acreditar que essa questão seja muito delicada, e lhe parecer que seja uma situação tão difícil que exija que voltem atrás na decisão tomada?

Então, em primeiro lugar, essa pessoa vai tentar identificar-se com as razões pelas quais o Superior ou a maioria votou de maneira diferente, pois a verdade se comunica por muitos canais.

Em segundo lugar, vai ter que aderir com todo o seu coração ao que foi decidido, oferecendo-o a Deus com o sacrifício de si.

E, terceiro, não viverá esperando o momento da revanche, mas com discrição, com humildade, dirá ao Superior (no tempo devido, quando lhe parecer oportuno): “Veja, a meu ver..., procure pensar novamente sobre isso”, isto é, repetirá ao Superior a sua opinião. E, com muito mais discrição, poderá dizer a sua opinião também à comunidade; mas com uma humildade que, antes de tudo, não lhe fará repetir a sua opinião toda vez que falar. Pois, se uma decisão amadureceu, é preciso que Deus tenha tempo para torná-la madura e levá-la adiante; e eu darei minha opinião, voltarei a dá-la – se me parecer que de fato ela é clara – depois de certo tempo; pois, do contrário...

Porém, na medida em que ela fica na minha consciência, eu, com humildade mas também com tenacidade, direi isso ao Superior, e na comunidade o direi de modo a não criar escândalo, e isso tudo depende do modo, da humildade com que se coloca a coisa (mas sobre isso vocês já tiveram boas experiências, bons exemplos a respeito!). Mesmo uma ideia brilhante não constrói nada se o único critério da própria ação for simplesmente fazer passar a sua ideia; não constrói! Mesmo a decisão da maioria no final é uma obediência. Ter muita dificuldade nestas questões é o indício, o sinal, de que nós ou estamos começando o caminho, ou então estamos atolando na vaidade. Só uma coisa importa: então, indo por aqui ou indo por ali... bem, pode ser que seja melhor ir por ali, afinal, mas se foi decidido ir por aqui, chega-se da mesma forma, aliás, chega-se melhor, se a pessoa obedece; porque os dois primeiros pontos que dissemos são o mais importante para salvaguardar o juízo comum.

Em síntese, a moralidade é fazer tudo por algo maior, que é Cristo, como dissemos em “Moralidade: memória e desejo”. E qual é o oposto? O oposto da moralidade, isto é, a imoralidade, é fazer por reatividade. E o que é a reatividade? No nível da inteligência é a opinião, no nível prático é o instinto.

Mas aí de nós se adorarmos a nossa opinião em lugar de Cristo!

Ao contrário, o Espírito de Cristo guia uma comunidade através da “cabeça” dos indivíduos, da consciência dos

“O Espírito guia uma comunidade através da experiência dos indivíduos; pôr em comum a experiência contribui para criar um contexto no qual irrompe o juízo comum”

indivíduos, isto é, através da experiência dos indivíduos; por isso, pôr em comum a experiência – com o Superior, entre vocês – contribui para criar um contexto no qual irrompe o juízo comum. De tal maneira que, mesmo nos casos em que o Superior tenha de decidir pessoalmente, individualmente, quase sem se dar conta fará com que o juízo brote do que ele ouve, do ar que ele sente, da experiência comum que se vive.

Como devo me comportar quando vejo que há confusão, não num único ponto, mas em todos os pontos, isto é, na colocação dos problemas, na desordem das decisões, na falta de clareza do juízo? Muitas vezes percebo que, se tivesse de intervir, seria pior e, não tendo uma solução, tenho a tentação de ficar de fora...

Primeiramente, já que o Senhor o colocou neste trem, fique nele. Ele o colocou nesta companhia, e você fica aqui: é por isso que o amor a Cristo e a memória de Cristo – procurada também nessas condições – fazem você caminhar e se tornar mais maduro do que se tudo fosse límpido e transparente; porque o importante é você amadurecer diante de Cristo e, no que diz respeito ao governo da casa e da comunidade, a comunidade faz o que pode. Se você tivesse uma ideia mais clara do que todos os outros, então a expressaria; mas nem você tem essa ideia clara, então ainda que tudo esteja confuso, já que é preciso viver, vocês fazem o melhor que puderem e seguem em frente juntos. Quando, porém, estiverem nessas condições, pode ser útil pedir conselho a uma pessoa mais experiente, pedir uma ajuda; mas entenda que há momentos em que até o povo de Israel ficava completamente envolto pelas nuvens, não pela nuvem que o conduzia, mas pela que não o deixava sequer ver a batalha...

Mas nunca precisa haver ressentimentos entre vocês por causa do que não conseguem dar, pois senão é como jogar sobre os outros a culpa de uma coisa pela qual eles já sofrem, pois não conseguir entender bem se torna uma ferida... Coragem, vocês têm sorte!